



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB  
FACULDADE UNB PLANALTINA – FUP  
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO – LEdoC

**ESCOLA QUE TEMOS E A ESCOLA QUE QUEREMOS**  
**A Trajetória de luta por educação no Assentamento Renascer**

PLANALTINA – DF  
2014

**SUELI DE MARIA XAVIER PEREIRA**

**A ESCOLA QUE TEMOS E A ESCOLA QUE QUEREMOS**  
**A Trajetória de luta por educação no Assentamento Renascer**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo – LEdoC, da Universidade de Brasília-UnB, como requisito parcial para a obtenção ao título de licenciado em Educação do Campo.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Eliene Novaes Rocha

**PLANALTINA DF**

**2014**

**SUELI DE MARIA XAVIER PEREIRA**

**A ESCOLA QUE TEMOS E A ESCOLA QUE QUEREMOS**  
**A Trajetória de luta por educação no Assentamento Renascer**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo – LEdoC, da Universidade de Brasília-UnB, como requisito parcial para a obtenção ao título de licenciado em Educação do Campo.

Aprovado em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> ELIENE NOVAES ROCHA  
Professora Orientadora FUP/UnB

---

JULIANA ROCHET (FUB/UNB)  
Professor Avaliador  
UnB

---

SILVANETE PEREIRA DOS SANTOS  
Professor Avaliador Externo  
Universidade Católica de Brasília

PLANALTINA- DF  
2014

## **AGRADECIMENTO**

Em primeiro lugar ao meu bom Deus, porque sem ele eu não sou nada.

Ao meus queridos filhos Janaina Pereira Dias e Rodrigo Pereira Dias, que me deram muito apoio, força e coragem nos momentos difícil no decorrer desses quatro anos de estudo..

Ao meu esposo Paulo Vinício Alvim Cruz que me deu todo seu amor e apoio nos momentos mais difícil que venho enfrentado nos últimos anos.

A minha grande amiga e irmã de coração Mariza do Carmo Azevedo, por sempre ter acreditado em mim no decorrer desses 25 anos de amizade sincera.

A minha mãe Rosalda e meus e meus irmãos e irmãs que me admiram muito por ser a primeira da família, da minha geração, a concluir um curso superior, apesar de todas as dificuldades.

A minha orientadora professora Dr<sup>a</sup>. Eliene Novaes Rocha,, por ter acreditado que eu sou capaz de realizar esse trabalho mesmo em meio a muitos problemas que vinha enfrentando.

As professoras Juliana Rochet e Silvanete Pereira dos Santos que me avaliaram e aprovaram na banca examinadora.

Ao Diretor da FUP Antônio Pasquetti, por ser um grande lutador em defesa do curso de Licenciatura em Educação do Campo.

A coordenadora da LEdoC, professora Dr<sup>a</sup> Eliete Ávila Wolff, por ser uma grande defensora da Escola do Campo e da Ciranda.

A professora Dr<sup>a</sup> Roseneide Magalhães pelo excelente empenho como coordenadora da LEdoC na gestão anterior e como professora da área de linguagem com a qual pude aprender muito.

A todos os meus professores e professoras do curso de Licenciatura em Educação do campo: Rafael, Zarref, João Batista, Jair Reck, Mônica molina, Laís mourão, Livia, Bernardo, Tamiel, Djiby ,ana Cristina Sisi, Regina, Roberta, Joelma Joelma e outros colaboladores.

Ao M.A.T.R- Movimento de Apoio aos Trabalhadores Rurais, a tudo que aprendi sobre Reforma Agrária e que sem o qual eu não teria ingressado no curso de Licenciatura em Educação do campo-UnB.

Aos meus colegas da turma Panteras negras pelo grande desempenho e luta de convivência no coletivo.

“ A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo”.

(Nelson Mandela)

“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”

(Paulo Freire)

“ Se a educação ,sozinha não pode transformar a sociedade, tão pouco sem ela a sociedade muda”.

(Paulo Freire)

## **RESUMO**

Este estudo tem como propósito analisar a trajetória de luta dos trabalhadores rurais sem terra pela escola do campo. A educação do campo é entendida como um movimento que busca a concretude de uma educação ampla, diversificada e enraizada em conceitos de coletividade, da participação da família e da comunidade e focada na transformação do indivíduo e da sociedade. O estudo da escola do campo constitui tema desafiador na medida em que provoca demandas sociais e políticas públicas para o cumprimento das leis que garantem a criação e o bom funcionamento dessas escolas. Essa pesquisa analisa também a importância da escola do campo para fixar a comunidade rural às suas raízes culturais, familiares e sociais em particular a necessidade de atendimento das reivindicações por escola do Assentamento Renascer.

## **ABSTRAT**

This study aims to analyze the trajectory of struggle of the landless rural workers by the school field. The rural education is understood as a movement that seeks the concreteness of a broad education, diverse and rooted in community concepts, family participation and community and focused on the transformation of the individual and society. The field school study is challenging topic in that causes social demands and public policies for compliance with the laws that guarantee the creation and proper functioning of these schools. This research also analyzes the importance of the field school to secure the rural community to their cultural, social and family roots in particular the need to meet the demands for school Settlement Reborn.

## SUMÁRIO

<b>Apresentação.....</b>	<b>.07</b>
--------------------------	------------

### **Capítulo I: As opções de pesquisa e os passos metodológicos**

1.1.Pesquisa Qualitativa com Estudos de Caso.....	11
---	----

### **Capítulo II: Da Escola Rural a Escola do Campo: histórico das lutas e concepção da Educação**

2.1. A escola rural no Brasil.....	16
2.2.Trajatória de luta pela Educação.....	21
2.3.Concepção Pedagógica da Educação do Campo.....	26
2.4. Princípios da Educação do Campo.....	28
2.5. Marcos Normativos da Educação do Campo.....	29
.....	

### **Capítulo III: A história do Assentamento Renascer**

3.1. Trajetória de criação do assentamento aos dias atuais.....	34
3.2.A história da educação no assentamento Renasce Renascer.....	34
.3.3 A escola do Campo na vivência do Assentamento Renascer.....	35
3.4.O caminho para a produção do saber no Assentamento Renascer :a brinquedoteca, a integração social, a biblioteca comunitária e as manifestações culturais.....	.36

### **Capítulo IV: A escola que queremos.....41**

Considerações finais.....	46
Referências Bibliográficas.....	48
Apêndice.....	50
Anexo.....	55



### **Lista de Siglas**

DF - Distrito Federal

EMPRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FUNATURA - Fundação Pró-Natureza

GDF- Governo do Distrito Federal

IFB - Instituto Federal de Brasília

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LEdoC - Licenciatura em Educação do Campo

MEB - Movimento de Educação de Base

M.A.T. R - Movimento de Apoio ao Trabalhador Rural

MST - Movimento dos Sem Terra

ONGs - Organização não Governamental

PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PAIS - Produção Agroecológica Integrada e Sustentável

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento na Agricultura Familiar

PAA - Programa de Aquisição de Alimento

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PAPA-DF -Programa de Aquisição da Produção da Agricultura  
PPP - Projeto Político Pedagógico

## APRESENTAÇÃO

O presente trabalho de pesquisa é resultado da observação presencial do assentamento de Reforma Agrária denominado Renascer, ao longo de 11 (onze) anos de convivência. Durante 5 (cinco) anos se estabeleceu um acampamento às margens da rodovia DF 330, que liga Sobradinho ao Paranoá DF. Após mobilização dos acampados e negociação com o poder público (GDF, Colégio Agrícola de Brasília, atualmente Instituto Federal de Brasília, EMBRAPA e intermediação pública), foi liberada uma área para o acampamento mudar de local e se estabelecer onde atualmente está situado (entre o Córrego do Arrozal e o Córrego do Meio). Esta mudança de local foi autorizada pelo governo e se concretizou em maio de 2009. Neste tempo, a situação do acampamento mudou para pré-assentamento e atualmente já se encontra em situação de Assentamento Rural.

Durante todos esses anos foram realizados algumas atividades pedagógicas na comunidade, tais como a implantação de uma brinquedoteca com oficinas de confecção de brinquedos para as crianças acampadas, utilizando materiais reciclados; uma biblioteca com livros e revistas usados obtidos através de doação de várias pessoas simpatizantes da causa da Reforma Agrária; Aulas de alfabetização de adultos no horário noturno, pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), com recursos muito escassos mas, é, a educação que nos acompanha até nos dias de hoje; Atividades de arte-educação para incentivos e melhorias na interação de crianças e jovens exercitando a prática de teatro; projeção de filmes recreativos e de novos conhecimentos para os moradores; produção de um documentário sobre a comunidade Renascer e a importância da Reforma Agrária no Brasil denominado: “Conquistar a terra, Produzir o pão.”. Com o apoio do projeto audiovisual – UnB Planaltina.

Para uma melhor compreensão da pesquisa monográfica dividiu-se o texto em capítulos. O Primeiro capítulo aponta as opções de pesquisa e os passos metodológicos para sua realização. No segundo capítulo estudamos a transição entre a escola rural e a escola do campo. O terceiro capítulo relata a história do Assentamento Renascer e o quarto capítulo relatamos o resultado da pesquisa de campo evidenciando a Escola que temos e a Escola que queremos

## **Primeiro Capítulo**

### **As opções da pesquisa e os passos metodológicos**

O intuito deste trabalho é recuperar a trajetória de luta dos moradores do assentamento Renascer pela educação, visando assegurar o direito à escola, identificando avanços e limites encontrados nesta trajetória.

Gostaria de manifestar minha satisfação e agradecer a oportunidade de estar estudando numa universidade pública em um curso com muita interfere com a minha vivência pessoal e de um alcance social muito importante para a transformação que nosso país necessita. A desigualdade social ainda é muito grande no campo e na cidade, sendo bastante visível esta realidade.

Sou nascida numa comunidade remota e isolada no sul do Maranhão, onde nos meus primeiros anos de vida convivi em uma comunidade indígena com minha avó paterna, comunidade de economia essencialmente extrativista, principalmente da quebra do coco babaçu, o cultivo da mandioca para fazer farinha e da caça e pesca. Fiquei sem frequentar à escola até os treze(13) anos de idade por não existir escola na comunidade. Quando vim morar em Brasília e ingressei em uma escola pela primeira vez sofri muita discriminação por parte dos outros alunos devido minha idade e a defasagem escolar. Apesar de viver na cidade grande há bastante tempo, continuam vivas na minha alma o desejo de viver no campo. .Estou na luta por um pedaço de terra através da Reforma Agrária no assentamento Renascer com o apoio do M.A.T.R- Movimento de Apoio ao Trabalhador Rural há onze(11) anos, atualmente estamos em fase de sermos assentados.

Alguns anos atrás, em 1992 cheguei a fazer um curso de formação de professores (Magistério), e me capacitei para trabalhar da 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental na época. Realizei alguns trabalhos nessa área, mas não exerci profissionalmente esta atividade de forma regular.

O tema Escola do Campo vem ao encontro a um anseio pessoal de poder trabalhar com educação voltada para a realidade vivida pelo cotidiano da população realmente do campo. A minha motivação ao escolher este tema de pesquisa é de

poder de alguma forma contribuir para a troca de experiência e conhecimentos entre educandos e educadores, melhorando minha capacitação profissional e absorver conhecimentos e orientações de professores (as) e companheiros (as) de estudo.

Conforme o educador Paulo Freire dizia, ninguém tem o conhecimento de tudo e sempre é capaz de conhecer mais coisas que ainda não conhece se assim o desejar.

O assentamento Renascer, hoje conta com um total de 120 famílias, são 11 (onze) anos de luta e perseverança, tem se manifestado, se mobilizado, reivindicando oportunidades de obterem escola do campo para adquirirem conhecimentos através do estudo, que lhes permita melhorar sua capacitação para o trabalho e conseqüentemente ampliar seus horizontes, sócio- econômico e culturalmente, ou seja, progredir através dos seus estudos e trabalho que são direitos humanos universais.

Sem a inclusão do ensino fundamental para trabalhadores rurais, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) para o ensino do 6º ao 9º ano o que não é nem um pouco acessível à comunidade devido a inúmeras dificuldades como horário disponível, falta de transporte, dentre outros fatores. Fica impossível o acesso dessa comunidade aos estudos oferecidos pelo Instituto Federal de Brasília (IFB) que fica próximo a esse assentamento. O IFB oferece diversos cursos que interessam e atendem às necessidades dos trabalhadores do campo. Desta maneira a situação atual dos moradores do Assentamento Rural Renascer demonstra discriminação e exclusão social por parte do poder público.

Alguns cursos e projetos técnico-pedagógicos realizados por parceiros do Movimento de Apoio ao Trabalhador Rural (MATR). Como a Fundação Banco do Brasil, Funatura, IFB, Economia Solidária, Novas Fronteiras da Cooperação, Rio São Bartolomeu Vivo e UnB. Essas parcerias acrescentaram melhorias à qualidade de vida ao assentamento.

A educação que temos através do Programa de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), revela que a importância do programa na realidade do assentamento durante determinado período satisfaz algumas necessidades educacionais tirando muitas pessoas do analfabetismo.

O que ocorre atualmente é que o Pronera não está funcionando no momento por falta da renovação do contrato entre o INCRA, a UnB e o Movimento

Social M.A.T.R, que vem atrasando o processo de alfabetização e conclusão do 5º ano.

Um olhar crítico sobre a escola que temos revela a necessidade de políticas públicas como a implantação de espaços físicos contendo mobiliário escolar básico como carteiras, quadro de giz e iluminação adequada. A observação da atuação do Pronera na comunidade Renascer resultou nas seguintes observações:

- inadequação do local para realização das aulas que até recentemente funcionava de forma precária num barraco utilizado pela igreja católica, o que impossibilitava o funcionamento das aulas, pois, durante os eventos da igreja não tinha como realizar as atividades pedagógicas.

A reparação dessa situação de precariedade específica do assentamento Renascer contribui para reverter a condição de inferioridade dos assentados.

As críticas acima relacionadas são positivas, pois, a única escola que o acampamento teve no decorrer desses 11 (onze) anos foi o Pronera, que pode perfeitamente superar as dificuldades apontadas, contribuindo com o trabalho do educador (a) que acaba por acrescentar inúmeras responsabilidades que lhe não são devidas ao ato de ensinar.

A perseverança na luta por uma escola do campo na comunidade Renascer é essencial para evitar o que acontece na realidade do campo em nível nacional, onde cerca de 24.000 escolas brasileiras foram fechadas no meio rural.

Segundo Erivam Hilário, do setor de educação do MST, que afirma que o fechamento dessas escolas tem sua lógica a intenção de pensar num campo sem escola, e, conseqüentemente, um campo sem cultura e sem gente.

Refletindo sobre a educação que queremos através do Pronera ou outros programas educacionais de ensino sentimos que é necessário uma concepção da educação ampla, que propicia alimento intelectual, moral, artístico e um posicionamento crítico no processo social e político, tanto em nível regional, nacional e universal. Constitui ferramenta essencial para a formação de nossa personalidade e para a emancipação da sociedade em relação à opressão e injustiça.

As expectativas e lutas das famílias do assentamento Renascer estão alicerçadas em parcerias junto a entidades do poder público, exemplo: INCRA, UnB

e Movimentos Sociais do campo para colocar em prática uma educação que seja eficaz para a Comunidade Renascer.

Acredito que cada comunidade possui uma realidade, um contexto muito próprio, particular, diferenciada de outra comunidade qualquer. Os anseios, as necessidades, os fatores culturais, econômicos entre outros fatores são diferentes de lugar para lugar.

A pedagogia e os métodos a serem realizados em cada local deveriam ser colocados em prática somente após a comunidade local ser mobilizada e participar ativamente na elaboração deste plano de trabalho pedagógico contribuindo com ideias e vivências. Desta maneira, a educação estaria a serviço do bem coletivo e não privilegiaria alguns em prejuízo da coletividade. A educação é uma importante ferramenta para o desenvolvimento de uma economia solidária e socialmente justa, politicamente livre dos espoliadores que historicamente persistem em oprimir a maioria dos povos, privando-os de seus direitos.

Na maioria das escolas existentes no campo, que não atendem a todos, mas a uma determinada parcela da população regional, a pedagogia adotada é planejada, formulada, empacotada e imposta aos camponeses por “pedagogo de gabinete,” que vivem nas grandes cidades e não respeitam os valores e realidades regionais e locais de cada comunidade.

É claro que existem exceções de trabalhos pedagógicos muito bons. É o caso de quando ocorre uma interação entre a comunidade local e os educadores que estão ali para contribuir por uma educação construída a partir da participação popular e democrática na criação e produção do processo educativo.

A pesquisa será fundamentada pela investigação teórica sobre o tema de implantação de salas de aula de ensino fundamental para trabalhadores rurais adultos em comunidades que lutam pela reforma agrária. Para entender-se o problema é necessário apontar a fundamentação teórica.

A fundamentação de diversas correntes de opinião é importante para o nosso próprio esclarecimento e para a busca conjunta com os interessados sobre qual o melhor modelo pedagógico a ser implantado na sala de aula da comunidade.

A fundamentação teórica, como são várias as teorias existentes, serão expostas algumas, como: Territórios Educativos na Educação do Campo”, “por uma Educação do Campo” “Teoria e Prática Pedagógica da educação do Campo”,

"Pesquisa Social e ação Pedagógica", "Etnografia e Prática Escolar", "Metodologia do trabalho Científico" e trabalhos monográficos de ex-alunos do curso da LEdoC.

A metodologia utilizada a pesquisa qualitativa com estudo de caso e estudo bibliográfico.

O estudo teve como instrumento de pesquisa a aplicação de entrevista semi-estruturada com pessoas da comunidade Renascer, quando será identificada sua participação e contribuição para educação na comunidade e sobre seu entendimento sobre que tipo de escola do campo que a comunidade requerem, relevantes para o objetivo da pesquisa.

O trabalho de campo foi para buscar informações através da fala dos sujeitos que foram ouvidos, conforme citado anteriormente, bem como de material que poderá contribuir para o trabalho da pesquisa.

A pesquisa bibliográfica abordou o aprofundamento teórico sobre o tema, para análise da realidade da educação do campo para melhor entender a situação em que o assentamento se encontra na luta pela escola.



## **Segundo Capítulo**

### **Da escola rural à escola do campo: histórico das lutas e concepções da educação**

#### **2.1 A Escola Rural no Brasil**

Conforme Ferreira e Brandão (2011) a trajetória da escola rural brasileira deve ser contextualizada historicamente segundo o modelo socioeconômico implantado no país desde o início do processo colonizador até o momento presente. Para os autores desde os primórdios do processo de colonização, o país foi entendido apenas como uma colônia de exploração, devendo, portanto, remeter à metrópole suas riquezas naturais, do solo, do subsolo, dando segmento aos ciclos econômicos denominados de colonial, ciclo do pau brasil, da cana de açúcar, do ouro, do café (FERREIRA & BRANDÃO, 2011 p.3)

A base social do país é formada pelos nativos (índios – expulsos, massacrados e exterminados), os africanos e os imigrantes pobres vindos da Europa e do oriente. Foi , segundo os mesmos autores, esta mesma base social que formou a mão de obra imprescindível para a implantação do projeto colonial e do período imperial.

A abolição da escravidão em 1888 e o conseqüente abandono da população negra, desprovida de qualquer indenização ou bens materiais, particularmente terra, teve como conseqüência o êxodo rural e o desprezo pela atividade agrícola, associada à escravidão.

Em sua experiência histórica como república o tradicional modelo socioeconômico adotado no Brasil perdurou:

Ao longo da história do Brasil o processo de exclusão social e também político, econômico e cultural, sempre estiveram presentes e eram tidos como algo “natural”. Ainda nos dias atuais, fazer uma referência a este processo de exclusão não leva a um debate tranquilo, a resistência ainda é forte por parte da sociedade neoliberal, principalmente por aqueles que ainda se beneficiam com a exclusão social”. (FERREIRA, 2011, pag. 3).

Com relação à educação, o que se percebe é, conforme Ferreira (2011)

que o modelo de educação praticado no Brasil pelos diferentes governos entre o início do Império (1822) até meados do século XX era uma educação para a elite econômica e intelectual, em prejuízo direto e indiscriminado dos pobres, negros e índios. Inclusive a primeira Lei, ainda no período imperial, quando se reporta à educação, não se ateve às especificidades diretas da zona rural onde a população brasileira vivia” (FERREIRA, 2011, p.4)

Claúdio Santos (2013) afirma que a educação destinada aos habitantes do campo no início do século XX entendia que “a formação das jovens gerações ou dos adultos no espaço rural era tida como algo menor ou desnecessário” (p. 47). Para o autor a maioria de residentes no campo ( 75%) não foi pensado um modelo educacional que contemplasse as necessidades dos residentes no campo. o que a história do Brasil nos ensina é que o regime republicano manteve os grandes latifúndios e a oligarquia rural alijando a maior parcela da população rural de qualquer benefício do sistema político-econômico.

A organização escolar rural no Brasil, embora tímida, pode ser localizada a partir do primeiro governo republicano, o do marechal Deodoro da Fonseca (1889-1891), estando a cargo do Ministério da Agricultura, Comércio e Indústria. O êxodo da população rural para os incipientes centros urbanos em busca dos empregos promovidos pela igualmente incipiente industrialização evidenciava as mazelas dos sujeitos do campo: 75% da população brasileira era analfabeta, igual número da população do campo.

Somente a partir de 1920 tem-se, efetivamente, o primeiro movimento em defesa da educação da população rural, conhecido como Ruralismo Pedagógico (SANTOS, 2013) que foi um movimento dos educadores, políticos e intelectuais, elaborando formas de ação pedagógicas adequados à dominância político-econômica da oligarquia rural.

Para o autor o ruralismo pedagógico:

defendia uma escola integrada às condições locais para promover a fixação do homem do campo, estava ligado à modernização do campo brasileiro e contava com o apoio dos latifundiários temerosos de perder sua mão de obra, bem como de uma elite urbana preocupada com os resultados negativos de uma migração camponesa para a cidade (SANTOS,2013,p.48)

Uma característica do ruralismo pedagógico foi buscar adequar a educação rural para fixar o homem no campo, para diminuir o processo de urbanização e consequente êxodo rural que modificava a estrutura econômico e social do país.

Relativo à educação rural da primeira metade do século XX, nos ensina Santos (2013, p.48) que “em 1933 inicia-se a campanha de alfabetização na zona rural. Em 1935, ocorre o I Congresso Nacional do Ensino Regional, que contribui para a fundação da Sociedade Brasileira de Educação Rural no ano de 1937”.

Nos anos de 1920 foi criado o movimento conhecido como Escola Nova, por intelectuais e pensadores brasileiros que valorizaram a pesquisa educacional e a inserção da escola como único meio de se combater as desigualdades sociais num ambiente de crescente industrialização e urbanização (SANTOS, 2013). Estes educadores como Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, dentre outros, defenderam através do Manifesto da Escola Nova (1932) a universalização da escola pública, laica e gratuita.

A influência deste movimento sobre a educação brasileira fez-se sentir nas gerações futuras de educadores e pesquisadores como Darcy Ribeiro e Florestan Fernandes. A atuação desses pioneiros se estendeu por décadas, muitas vezes criticada pelos defensores da escola particular e religiosa (FERRARI, 2014,p.43)

Porém as propostas do Manifesto não tiveram impactos concretos e não foram incorporados pela escola. Ferraro (2012) esclarece que:

A educação rural no Brasil só se tornou objeto de interesse do Estado no momento em que todas as atenções e esperanças se voltavam para o urbano, e a ênfase passava a recair sobre o desenvolvimento industrial. Quando os interesses do latifúndio dominavam tanto a economia como a política, a alfabetização das massas camponesas era vista como séria ameaça à ordem vigente. Quando o país já avança no processo de industrialização e se torna predominantemente urbano, é a própria cidade que passa a reivindicar a alfabetização das populações do campo. Passa, então, a contrariar os interesses da cidade continua (FERRARO, 2012,p.964).

A industrialização ocorreu nas cidades e atraiu grandes levas de trabalhadores do campo, seduzidos pelo ideal de transformação de vida, acesso à escolarização, empregos bem remunerados, ideais que levam ao êxodo rural, hoje ou naquele momento histórico. A realidade do trabalhador do campo, recém chegado à cidade era, do ponto de vista educacional, precaríssima, pois, em sua maioria eram analfabetos ou com baixa escolarização. Essa condição impedia o acesso ao emprego industrial urbano e à boa qualidade de vida que uma boa remuneração podia proporcionar.

As cidades sofreram crescimento rápido, desgovernado, formando periferias que abrigavam a maioria da população egressa do campo. O subemprego e o desemprego desestabilizavam as populações das cidades e geravam desequilíbrios sociais e econômicos, comprometendo a qualidade de vida de todos os moradores. É o círculo vicioso da desigualdade, da exclusão e da violência que a educação pode romper. A educação tem, então, o propósito de formar trabalhadores para a indústria urbana.

Na Constituição de 1934 para com a educação rural destaca-se o Art. 156, conforme podemos ver abaixo:

A União e os Municípios aplicarão nunca menos de dez por cento, e os Estados e o Distrito Federal nunca menos de vinte por cento da renda resultante dos impostos na manutenção e no desenvolvimento dos sistemas educativos.

Parágrafo único – Para a realização do ensino nas zonas rurais a União reservará, no mínimo, vinte por cento das cotas destinadas à educação no respectivo orçamento anual.

Na constituição Federal de 1937 a educação rural não é citada. A prioridade é a educação dos moradores urbanos. Neste período, conforme Ferreira (2011) “a orientação político educacional para o mundo capitalista fica bem explícita, sugerindo a preparação de um maior contingente de mão de obra para as novas atividades abertas pelo mercado – a industrialização” ( pg 32)

Ainda segundo o autor, este afirma que em 1935, ocorreu o I Congresso Nacional do Ensino Regional que assume como objetivo propagar a educação rural e elaborar os planos de educação. Esses planos recomendavam escolas rurais ambulantes nas regiões de menor densidade geográfica.

O período conhecido como Estado Novo (1937-1945) tentava implantar uma política educacional de cunho nacionalista, tornando a educação um instrumento do estado, servindo aos seus interesses.

Os adultos analfabetos, particularmente no meio rural, tiveram atenção da Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), de 1952 a 1963, cujo objetivo era contribuir para a inserção do homem do campo. O CNER atuou através de missões internacionais dos Estados Unidos voltadas à educação, ao treinamento de professores e à preparação dos jovens do meio rural pelo ensino profissional agrícola. À atividade do CNER podemos agregar a ação da Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR) que celebrou acordos entre esses dois países visando a educação rural orientada para o emprego de técnicas agrícolas. (OLIVEIRA, 1999, p. 133)

A educação rural é chamada para se ajustar às políticas educacionais estabelecidas pelo projeto do estado. A educação rural, em primeiro lugar, apesar de numerosos programas desenvolvidos, sempre representou uma fatia muito pequena e marginal nas preocupações do setor público (OLIVEIRA, p. apud CALAZANS, 1981, p. 162).

A educação rural ocupou, e ainda ocupa, pequeno espaço no universo educacional brasileiro. As escolas apresentam dificuldades para se manterem no campo. .Conforme o Jornal Sem Terra nº 46, jun/2011, 24.000 escolas do campo foram fechadas no Brasil. As instalações, o currículo, a carência de professores, o transporte escolar formam, muitas vezes uma barreira quase impenetrável para uma ampla gama de alunos, particularmente das últimas séries do ensino fundamental e do ensino médio.

Os programas implantados nos últimos anos como o PRONERA e o EJA apresentam soluções e alcançam grandes resultados, mas podemos questionar os resultados entre os estados. O Rio Grande do Sul (que atendeu alunos do ensino básico até o ensino superior), em comparação com outros estados e o Distrito Federal, conseguiu excelentes resultados. No DF, falta alcançar melhores resultados. Podemos questionar se os resultados são adequados, pois, por exemplo, no assentamento Renascer o Pronera não vai além do quinto ano. É necessário uma política educacional que leve em conta a realidade dos alunos do campo,

invista recursos materiais e humanos, modernizem as escolas e propiciem o acesso dos alunos.

Conforme nos explica Sousa, 2004 em seu artigo 'discursos intolerantes: o lugar da política na educação rural e a representação do camponês analfabeto:

No Brasil, a trajetória da educação rural inclui-se na dinâmica de modernização do campo assumindo um papel decisivo no processo de expropriação, proletarização e controle dos trabalhadores rurais. A modernização da produção no nordeste brasileiro, por exemplo, incentivou o processo de sindicalização em massa dos trabalhadores das zonas canavieiras, estimulou reivindicações no campo do trabalho ligadas à aplicação do Estatuto do Trabalhador Rural e, contraditoriamente, fez emergir as manifestações pela distribuição de terras encampadas pelas Ligas Camponesas. ( SOUSA,2004, p.4)

O projeto de modernização do campo ocorreu sem que houvesse a emancipação dos trabalhadores rurais. Na verdade ocorreu a proletarização dos trabalhadores rurais pela acumulação de terras em mãos de apenas poucos proprietários (latifundiários). Esse acontecimento revela que, apenas em processo consciente e contínuo de lutas, organizados e unidos, os trabalhadores rurais poderão conquistar terras e meios para sua produção.

O estudo da organização dos trabalhadores rurais é importante porque é a partir dela que outras grandes reivindicações são conquistadas. No caso da presente pesquisa, pode-se observar que foi a organização dos trabalhadores em torno de suas causas, a reforma agrária, que levou à luta pelas outras reivindicações como a educação no campo.

O próximo capítulo deste trabalho monográfico aborda a questão das manifestações e resistências dos camponeses pela educação e pela reforma agrária.

-16-

## **2.2. Trajetória de luta pela Educação do Campo**

A luta pela educação do campo esteve sempre associada à luta pela reforma agrária e pela conquista de direitos para os trabalhadores rurais. .O Movimento das

Ligas Camponesas lutou pela emancipação do trabalhador rural e da reforma agrária e, em seu projeto educacional, estavam baseados nos ideais de Paulo Freire e do Movimento de Educação de Base (MEB).

Para explicar a reação das classes populares às imposições do governo brasileiro e das classes dominantes Oliveira (1995 apud ARROYO).

A história das lutas entre as classes sociais não se limitam à luta pelo poder, mas se constituem impulsionadoras da história da humanidade que não aguardam passivamente seu destino, mas ao contrário: articulam-se em torno de suas lutas para garantir seus direitos, sua dignidade e sua participação democrática na sociedade.( OLIVEIRA, apud ARROYO,1995,p. 80).

Neste sentido as Ligas Camponesas, lutaram, praticamente em todo o território nacional, contra a tentativa de expulsão dos trabalhadores rurais das terras. Os conflitos armados, particularmente no Nordeste, exigiam participação política e direitos essenciais como a educação do campo.

O método de alfabetização criado por Paulo Freire foi amplamente utilizado pelas Ligas Camponesas e, em sua concepção ampla de escola, serviu de subsidio para a compreensão do camponês acerca de seu papel social. (TOLEDO, Caio Navarro, 2004, p.6)

Neste contexto surge a Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire. Segundo SANTOS (2013 apud Paulo Freire, 1987) afirma que a pedagogia do oprimido configura-se como:

Aquela que tem de ser forjada com ele (o oprimido) e não para ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade. Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto de reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e refará” (FREIRE, 1987, p.32).

A pedagogia do oprimido serve de referência para o trabalhador rural que luta pela emancipação de sua condição de proletário através da reforma agrária. A pedagogia do oprimido leva o homem ao encontro de si mesmo, ao reconhecimento da grandeza de seu trabalho, ao potencial de suas ações cotidianas que fazem a diferença. A capacidade de reflexão e o entendimento de sua potencialidade pode leva-lo à sua plena realização como indivíduo e como ser social.

A reação do governo contra o movimento de educação popular proposto por Freire e assumido pelo Movimento das Ligas Camponesas e pelo Movimento de Educação de Base (MEB) gerou repressão e resposta da ditadura civil-militar como o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL).

A luta dos movimentos sociais e sindicais pela educação do campo parte das forças internas dos movimentos e alcança a setores sociais, religiosos, ideológicos que passam a contribuir efetivamente para o alcance do direito à educação aos camponeses.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) presente ao lado dos trabalhadores (as) rurais, indígenas, ribeirinhos, pescadores e quilombolas também contribuiu, e contribui, para a formação crítica, a defesa de formas sustentáveis de utilização de recursos naturais e produção e para a alfabetização segundo o método de Paulo Freire. (CANUTO, 2012, p. 131)

Na atualidade, está em desenvolvimento um movimento que luta pela educação do homem do campo, organizado por várias entidades, dentre elas o MST. Trata-se de um processo que teve início em meados dos anos de 1990, impulsionados pela necessidade da educação de jovens e adultos, das áreas de assentamentos rurais. Foi organizado um Programa Nacional para Educação na Reforma Agrária, composto por atores tais como movimentos sociais, universidades e governo federal, além de outros parceiros (Alas da Igreja, Sindicatos, Organização Não-Governamental, ONG) existentes nas diferentes regiões do Brasil. ( SOUSA, 2004, p. 32).

A trajetória de conquista das escolas do campo, particularmente as escolas do campo criadas pelo MST a partir da década de 1990, foi marcada pela conquista e implantação da Educação Fundamental para crianças e adolescentes dos acampamentos/assentamentos de acordo com o projeto político-pedagógico fruto do amadurecimento do movimento.

Focou-se a alfabetização de jovens e adultos e as lutas pela implantação do ensino médio com cursos alternativos para a formação de professores e técnicos de nível médio e também de cursos superiores.

A concepção de escolas de ensino fundamental plantadas em assentamentos prevê a instalação da escola na própria comunidade, evitando, com isso, o uso de transporte escolar e a frequência dos alunos Sem Terra em escolas fora do assentamento.



Esta atitude de resistência foi fundamental para a conquista da escola nas terras conquistadas e também foi fundamental para universalizar o ensino, enraizar o aluno em sua comunidade e criar a consciência do direito à educação “incomodando” o Estado para garantir o cumprimento das políticas públicas.

Kolling, Vargas e Caldart (2012p.502), nos ensinam: “toda vez que se conquista uma escola de educação básica em um assentamento ou acampamento, ela representa menos adolescentes e jovens do campo fora da escola, e mais gente enraizada em seu próprio lugar” (pag. 502).

Os movimentos sociais e sindicais pela educação do campo indicam o grau de maturidade desses em sua luta pela reforma agrária. À essa luta soma-se o projeto de desenvolvimento do país baseado na justiça social e o combate às tradicionais formas utilizadas pelas elites urbanas ou rurais de alienação pela expropriação do trabalho e pelo controle dos meios que levam à emancipação sociocultural e à verdadeira humanização, papel destinado à educação.

Neste sentido, movimentos sociais como o MST, inserem a educação baseada em princípios pedagógicos que se distinguem da escola tradicional.

Numa perspectiva histórica, os movimentos sociais do campo, como, por exemplo o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) tiveram, inicialmente, como bandeira de luta, a luta pela terra, pela Reforma Agrária, não fazendo uma relação entre essa luta e a educação.

A formação de escolas do campo pelo MST não foi resultado da consciência e importância da escola para a promoção da educação em seu meio. Foi, na verdade, a necessidade de oferecer aos filhos dos primeiros lutadores a oportunidade de uma perspectiva melhor de futuro através do direito à educação. Foi, também a necessidade de “transformar instituições históricas como a escola em lugares que ajudem a formar os sujeitos destas transformações” (CALDART,2012 p.94).

Desse modo, houve primeiro a “ocupação da escola” pela mobilização e pela ação para garantir que em acampamentos ou assentamentos conquistados houvesse uma escola que “fizesse a diferença ou tivesse realmente sentido em sua vida presente e futura (preocupação com os filhos)” (CALDART,2012 p.91).

Num segundo momento da luta observa-se intencionalidade da luta pela escola, mas com proposta pedagógica específica “combinando processos de

escolarização e de formação da militância e da base social Sem Terra” (CALDART, 2012 p.92).

As experiências de pensar escolas como polos regionais entre assentamentos e com estudantes de outras comunidades de camponeses aos poucos vão educando o olhar dos trabalhadores Sem Terra para uma realidade mais ampla. Foi assim que o MST chegou à EDUCAÇÃO DO CAMPO. (KOLLING, Vargas e Caldart, 2012, p. 502).

A escola, dentro dessa perspectiva de mudança e envolvimento social, é parte da luta pela reforma agrária, dá significado a ela pois proporciona a formação integral dos sujeitos que lutam pela terra.

Essa escola possibilita a reflexão, trava o diálogo com as propostas de educação popular de Paulo Freire e busca superar as dificuldades imensas que assentados e acampados vivem no dia a dia.

A escola também revela a cultura, o orgulho e criação da identidade na luta por terra. Nesse sentido:

A herança que o MST deixará para seus descendentes será bem mais do que a terra que conseguir libertar do latifúndio; será um jeito de ser humano e de tomar posição diante das questões de seu tempo; serão os valores que fortalecem e dão identidade aos lutadores do povo, de todos os tempos, de todos os lugares. É enquanto produto humano de uma obra educativa que os Sem Terra podem ser vistos como mais um elo que se forma em uma longa tradição de lutadores sociais que fazem a história da humanidade. Enraizamento no passado e projeto de futuro (CALDART, 2012, p. 96).

A educação proposta pelo movimento gera o sentimento de pertencimento e desperta o sentimento de respeito à coletividade, valoriza o trabalho, a gestão democrática e desburocratizada da escola.

SANTOS (2013, p.71) esclarece que, pelo projeto educacional do MST, a educação proposta está pautada em “valores socialistas e humanistas, tais como o coletivismo, o trabalho socialmente útil, a organização e auto-organização dos estudantes e professores” (p.71).

### 2.2.1 Concepção Pedagógica da Educação do Campo

No âmbito da educação do homem do campo, tornar o homem sujeito e não objeto do saber, leva a entender que o conhecimento do camponês pode dialogar com as práticas baseadas no conhecimento científico desde que seja perseguido o ideal de trabalhadores e educadores do campo comprometidos com as lutas sociais, de formar o homem “do” campo e “no campo”.

Conforme Kolling, Cerioli e Caldart (2002, p. 264): “o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais” –(Caldart, Educação do Campo, 2012 ,p. 264.

Tal compreensão, se ainda hoje causa oposição até mesmo no ambiente acadêmico, imagine-se naquele momento histórico, de profunda repressão política e ideológica aos movimentos sociais de camponeses por terra e educação. Como nos ensina Molina e Sá (DICIONÁRIO da Educação do Campo, p. 324):

A concepção de escola do campo nasce e se desenvolve no bojo do movimento da EDUCAÇÃO DO CAMPO, a partir das experiências de formação humana desenvolvidas no contexto de luta dos movimentos sociais camponeses por terra e educação. Trata-se, portanto, de uma concepção que emerge das contradições da luta social e das práticas de educação dos trabalhadores do e no campo (MOLINA e SÁ, 2012, pag. 324)

A concepção pedagógica da educação popular e da pedagogia da prática, segundo ARROYO, inclui:

um caráter de envolvimento totalizante dos movimentos sociais que possibilita ao indivíduo que participa destes coletivos o acesso a outro tipo de formação que supera a condição de aluno, de alfabetizando, de escolarizando. Os integrantes destes organismos, emersos na tensa situação de conflitos, aprendem por meio da vivência das lutas sociais, dos momentos de mobilização, das situações limites de perda de emprego, de críticas da sociedade às suas ações, de ameaças às suas vidas. Tudo isso traz ricas lições ensinadas na “escola do movimento” e que nenhuma teoria pode transmitir ou explicar de forma satisfatória.

No entendimento de Arroyo, (2013) os movimentos sociais vivem e amadurecem sob o conhecimento e o entendimento das contradições sociais, e esta

experiência lhes permite a possibilidade de defender mudanças radicais tanto no campo como na cidade, tanto na ideologia quanto no combate ao latifúndio e ao capitalismo.

Tamanho movimento social gera a reflexão sobre as relações socioeconômicas, políticas, culturais, cuidado da natureza, relações humanas, destaques de tudo o que interessa ao coletivo, à sociedade.

É por meio do entendimento de que a realidade é criação humana, de como se estabelecem os processos de opressão e, ainda, da noção de que podemos transformar essa realidade, dado que a sociedade é mutável, que se forma a práxis da luta: ação-conscientização-transformação-libertação. Inserindo-se criticamente na história, os cidadãos tornam-se sujeitos construtores e reconstrutores da realidade”.

Molina e Sá (2012) nos ensinam, a partir do conceito de escola do campo, sobre a potencialidade da vivência de práticas coletivas para a valorização integral dos sujeitos, da coletividade, do conhecimento científico, da gestão coletiva da escola, dentre tantos avanços e vitórias dos movimentos sociais.

O processo ensino-aprendizagem permite que o conceito de escola extrapole o cotidiano de dificuldades e desafia à reflexão que gera a emancipação:

Este é um dos maiores desafios e, ao mesmo tempo, uma das maiores possibilidades da escola do campo: articular os conhecimentos que os educandos têm o direito de acessar, a partir do trabalho com a realidade, da relação entre educação, cultura e os conhecimentos científicos a serem apreendidos em cada ciclo de vida e de diferentes áreas do conhecimento.(MOLINA, MOURÃO , 2012, p. 329).

-26-

### **2.2.2 Princípios da Educação do Campo**

Alguns princípios viabilizam o projeto de escola adotado pelos movimentos sociais e possibilitam a democracia e a integração de todos, liderança, assentados e acampados do movimento.

O princípio da responsabilidade coletiva sobre o planejamento, a gestão, a organização e a realização de tarefas em todas as esferas de atividades, princípios muito valorizados pelos movimentos sociais do campo foram transferidos para o projeto de educação.

O projeto é de responsabilidade coletiva e insere educadores tanto a nível local como regional e nacional, os “Coletivos de educação”, como são conhecidos.

Os coletivos de educação com tarefas, força orgânica e discussões específicas que podem variar a cada período, fortalecem o princípio organizativo de que a questão da educação, bem como outras questões da vida social assumidas pelo MST, deve ser pensada e implantada de forma coletiva. É uma lógica que implica tarefas a serem realizadas pelas pessoas, mas mediante um planejamento e uma leitura de conjuntura feita por um coletivo (KOLLING, 1995 et al, p.503).

Para concretizar o projeto de educação foi concebida a formação de professores pelos próprios movimentos, no âmbito da própria comunidade (conhecidos como “professores leigos”) e também pela rede oficial de ensino.

A falta de titulação de muitos educadores formados na comunidade não impede que os mesmos trabalhem juntos com os professores titulados e com simpatizantes do movimento no projeto político-pedagógico, constituindo um princípio democrático importante para superar as dificuldades e urgências para a implantação da educação do campo.

A democracia do processo de formação de educadores tem reflexos amplos: a formação de educadores pelos próprios movimentos, específica para atuação nas escolas do campo.

O movimento é responsável pela universalização do ensino no âmbito dos territórios conquistados ou por conquistar e permitiu a evolução do ensino até o nível de terceiro grau, com a realização de cursos como a Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC), do qual somos os privilegiados alunos aqui na Universidade de Brasília.

Outro reconhecimento e prova de eficiência da formação de professores é o prêmio “Educação e Participação”, recebido em 1995 do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).

O somatório das forças internas e externas do movimento, “leigas” ou tituladas, associadas ao princípio fundamental da participação dos alunos e comunidades em todos os níveis e localidades é ponto fundamental para o sucesso da concepção do projeto pois permite o estudo, a reflexão conjunta sobre estratégias para o alcance do objetivo de educação na reforma agrária.

-25-

### **2.2.3. Marcos Normativos da Educação do Campo.**

Numerosos Marcos Normativos podem ser citados para explicitar qual perfil de escola destinada ao camponês interessava ao governo e aos proprietários rurais:

A Lei 4024 de 1961 em seu art. 105 estabelece o

Apoio que poderá ser prestado pelo poder público às iniciativas que mantenham na zona rural instituições educativas orientadas para adaptar o homem ao meio e estimular vocações e atividades profissionais. (BRASIL, 2012, p. 4).

A Lei 5.692 de 1971 ao tratar da educação rural “não observa, mais uma vez, a inclusão da população na condição de protagonista de um projeto social global” sendo que, o trabalho do campo realizado por alunos é até mesmo incentivado, adequando-o ao calendário escolar. (MARCOS NORMATIVOS, Brasília, 2012, p. 25).

A Lei 9394 de 1996 (Lei das Diretrizes e Bases da Educação – LDB) em acordo com Constituição de 1988 e “inspirada, de alguma forma, numa concepção de mundo rural enquanto espaço específico, diferenciado, e, ao mesmo tempo, integrado no conjunto da sociedade” reconhece

A diversidade sócio-cultural e o direito à igualdade e à diferença, possibilitando a definição de diretrizes operacionais para educação rural sem, no entanto, recorrer a uma lógica exclusiva e de ruptura com um projeto global de educação para o país (idem, p. 26).

Os artigos 208 e 210 da Carta Magna-1988, e inspirada de numa concepção de mundo rural enquanto espaço específico, diferenciado e, ao mesmo tempo, integrado no conjunto da sociedade, a Lei 9394/96- LDB-estabelece que:

Art. 28 Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente (MARCOS NORMATIVOS), Brasília, 2012, p. 25)

- 1- Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- 2-organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- 3-adequação à natureza do trabalho na zona rural. (MARCOS NORMATIVOS), Brasília, 2012,( p 26)

O movimento de educação do campo luta há quinze (15) anos para fazer-se cumprir esse Decreto da Lei de Diretrizes de base da educação do campo-LDB, que, apesar de ser constitucional ainda não foi colocada totalmente , em prática. Agora, com as lutas dos movimentos sociais é que está começando a se concretizar.

Artigo 26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. (MARCOS NORMATIVOS), Brasília, 2012,(p. 26)

O Decreto nº 7.352 de 4 de novembro 2010 dispõe sobre a política de educação do campo ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária-PRONERA decreta:

Art.1º A política de educação do campo destina-se à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo, e será desenvolvida pela União em regime de colaboração com os Estados, o

Distrito Federal e os Municípios, de acordo com as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e o disposto neste Decreto.

Para os efeitos deste Decreto, entende-se por:

I-população do campo: os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural;

II-escola do campo: aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a população do campo (MARCOS NORMATIVOS), 2012,( p. 81).

No Decreto 6.755, 29 de janeiro de 2009, em seu art. 2º estabelecida pelo Conselho Nacional de Educação que se refere as Diretrizes Operacionais da Educação do Campo, o parecer da alternância.

A formação de professores poderá ser feita concomitantemente à atuação profissional, de acordo com metodologias adequadas, inclusive a pedagogia da alternância, e sem prejuízo de outras que atendam às especificidades da educação do campo, e por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão. (MARCOS NORMATIVOS), 2012,( p.84)



### **2.3.1 A educação do campo e política pública - o PRONERA**

O amadurecimento adquirido pela luta sobre o papel da educação aliado à iniciativa do aproveitamento do trabalho das professoras “leigas” e ainda da consciência, cada vez mais presente, do dever do Estado em prover os cidadãos da reforma agrária de políticas públicas resultou, no campo da educação, na criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

O PRONERA envolve, formalmente, jovens e adultos num projeto conjunto com universidades e institutos federais em prol da formação de educadores para o trabalho em escolas dos assentamentos da reforma agrária e seu entorno.

O Programa foi criado em 1998 no momento da ascensão dos conflitos pela reforma agrária, o que propiciou que os movimentos sociais trouxessem para a opinião pública suas mazelas.

No campo da educação, foi denunciada a falta de escola, a precariedade do ensino, a falta de profissionais do ensino, a “lógica de negação histórica do direito, aos camponeses, de acesso aos níveis mais elevados de escolaridade ( SANTOS, 2012, pag. 630).

A partir de 2005, o ensino oferecido pelo PRONERA é estendido ao nível médio e superior como a Licenciatura em Educação do Campo e a Residência

Agrária. O PRONERA evoluiu para outros patamares tais como “possibilidades de ressignificação do conteúdo e da metodologia dos processos de educação formal, por meio dos princípios básicos da participação e da multiplicação” (SANTOS, 2012, p. 631).

A participação das comunidades e suas organizações e a multiplicação de alfabetizados, formados, educadores e demais profissionais ligados às políticas públicas para a Reforma Agrária gerou ampla participação dos agentes envolvidos na dinâmica do processo ensino-aprendizagem.

Essa forma de gestão gerou reação contrária “à gestão colegiada e coletiva, notadamente à participação direta dos movimentos sociais e sindicais do campo” considerados “entes estranhos à administração pública” (CLARICE, p. 634).

O envolvimento dos movimentos sociais e sindicais do campo não retrocederam em sua luta pelo envolvimento de todos os interessados na educação como elemento emancipatório e continuam formulando princípios, concepções e diretrizes para a escola do campo.

## **Terceiro Capítulo**

### **A história do Assentamento Renascer**

#### **3.1 Uma breve história de luta**

A história do Assentamento Renascer não parece ser diferente da história de outros assentamentos Brasil afora. Partiu da reivindicação de Trabalhadores Rurais sem Terra que, desde 2004 ocuparam as margens da Rodovia DF 330, que liga Sobradinho ao Paranoá-DF.

Tão perto do centro do poder, a apenas poucos quilômetros do Palácio da Alvorada ou da Sede do INCRA, o Acampamento Renascer esteve até oito (08) de maio de 2009 tão distante da decisão política pela Reforma Agrária.

Somente nesta data trezentos sessenta e um( 361) de terras devolutas da União foram repassadas ao INCRA para assentar as famílias alí acampadas, Ficou criado o assentamento Renascer fora da beira da estrada.

O Assentamento Renascer “renasceu” da dificuldade de vida sob o barraco de madeira, sem água, sem luz, sem saneamento básico, que fez com que tantos desistissem ao longo do caminho e ainda hoje se encontra nessa mesma precariedade, um descaso por parte do poder público.

A luta em vários momentos da vida dos acampados parecia estar vencida. Os vencedores pareciam ser a burocracia, o desrespeito, as noites mal dormidas, a insegurança, a falta de perspectivas para o acampado e suas famílias.

Duzentas (200) famílias viveram alí por cinco anos (05) de 2004 até 2009. Atualmente são cento e vinte (120) famílias que moram na área destinada e estão em processo de assentamento. Muitas delas, porém, vencidas pelo cansaço e pelas condições de vida abandonaram a luta. mas todas as famílias, as que se foram e as que ficaram sonharam com a terra onde poderiam produzir, viam no pedaço de chão os frutos do pomar, da horta, o galinheiro, o pasto.

O Assentamento Renascer é o Brasil. É um pedacinho da cruel realidade que, como vimos neste trabalho, marcou a sociedade brasileira desde a escravidão, desde o primeiro grito de rebeldia do quilombo, desde o primeiro que lutou contra os coronéis por divisão da terra como as Ligas Camponesas, contra o latifúndio, como os movimentos sociais em sua luta pela reforma agrária desde várias gerações.

É como todo e qualquer movimento social que surgiu neste país desde a década de 1980 pela reforma agrária. Viveu e ainda vive as dificuldades de ser acampado/assentado mas honra sua luta porque não desiste fácil.

O Assentamento Renascer é também fruto do êxodo rural, da industrialização do campo, da monocultura e da concentração de terras. Foram expulsos do campo para a periferia das cidades sem capacitação, sem estudo.

A falta de escolarização é, sem dúvida, uma característica de quase todos os que vieram do campo para a cidade. A realidade do Brasil é que o campo não é escolarizado; as escolas no campo são poucas, são despreparadas, são desvalorizadas.

-33-

### **3.2. As escolas no campo na vivencia do assentado do Assentamento Renascer**

As escolas no campo marcaram profundamente a vida dos poucos que a frequentaram. Quase todos tiveram que trocar o lápis pela enxada, a carteira pela roça desde muito pequenos. Alguns, não muito poucos conforme os depoimentos aqui relatados, teriam que abandonar a enxada e a participação no sustento da família para frequentar a escola. Quase sempre abandonaram a escola para ficar no trabalho com a enxada.

Todos teriam que andar vários quilômetros para ir à escola. Outros nem assim conseguiriam frequentar a escola no campo: ela simplesmente não existia no campo. Teriam então que ir para a cidade para ter direito a uma escola.

Muitos também vivenciaram os traumas que uma escola tradicional e descomprometida com os valores e responsabilidades do projeto educacional: castigos, humilhações afastaram a muitos da escola.

Alguns apenas sonharam, e sonham com a escola: “Ah, a escola”! Tão longe, inacessível para tantos no Brasil afora. .Ao ver de algumas pessoas do Assentamento Renascer “Se tivesse jeito eu teria ido à escola, tinha feito pelo menos o ensino fundamental completo, para que eu pudesse ingressar no curso

técnico-agrícola. Mas agora quero que meus filhos e netos vão para a escola, aprender, ser alguém na vida”.

-34-

### **3.2.1 A escola no entorno do Assentamento Renascer**

A ideia de lutar pela educação veio antes da ideia de lutar pela escola como espaço conquistado pelo acampamento. Encontrar uma escola perto do acampamento, com transporte escolar, com vagas e horários acessíveis para os que trabalham o dia todo era entendido como uma necessidade básica e uma grande vitória.

Ficava-se feliz se, apesar das dificuldades, fosse possível matricular pelo menos as crianças. As dificuldades eram, e ainda são, muitas: o transporte escolar era e é precário, a poeira não permite que os alunos cheguem limpos à escola, os buracos e as poças d'água impedem a chegada do ônibus escolar durante as chuvas. No caso do ônibus que levam os alunos até a Escola Classe do Córrego do Arrozal, em época de muita chuva, os ônibus, até o início de 2014, não conseguiam transitar. Isto resulta no fato de que as crianças precisam caminhar debaixo de chuva até a escola.

-35-

### **3.2.2 O caminho para a produção do saber no Assentamento Renascer: a brinquedoteca, a integração social, a biblioteca comunitária, as manifestações culturais**

Ao longo dos anos de vivência e convivência no Acampamento Renascer, mediante a dificuldade e necessidade de estudar que sentimos na nossa própria vida, foi despontando a ideia de prover as crianças de atividades lúdicas e educativas.

Logo no início do acampamento, por volta de 2005, por iniciativa de algumas pessoas conscientes da necessidade de atividades lúdicas para as crianças foi criada uma brinquedoteca.

Inicialmente os brinquedos eram de materiais recicláveis como garrafas pet: telefones sem fio, carrinhos, bonecas, petecas, vai e vem, cavalinhos, tudo era confeccionado com a participação das crianças, na modalidade de oficina, incentivando-os a fabricar os seus próprios brinquedos. Os brinquedos eram confeccionados a partir de materiais encontrados nos lugares de descarte perto do acampamento e doações de pessoas que passavam pela estrada.

O embrião de um processo educacional que nunca se interrompeu estava lançado: a brinquedoteca proporcionou a criatividade e a participação de crianças e adultos marcando as atividades pela conscientização do cuidado com a natureza e a importância da reciclagem. A educação ambiental já era praticada desde o nascimento do acampamento Renascer.

Este primeiro passo foi muito importante porque traduziu para o dia a dia do acampamento os princípios da escola do campo, atuante para mudar a realidade: criar cidadãos conscientes e dispostos a mudar a realidade a partir da sua própria ação. Este é o processo de transformação social dentro do acampamento Renascer, há tanto tempo atrás.

Aos brinquedos reciclados pela própria comunidade juntaram-se outros, presenteados por instituições como igrejas, ONGs, a Pastoral da Criança e pessoas interessadas no bem estar daquelas crianças.

Percebe-se em iniciativas como essas a importância da educação, nos diversos níveis, para a sociedade. A integração de pessoas com as atividades educativas no acampamento nos faz lembrar sobre um grande sonho das escolas hoje: integrar a comunidade de modo a que todos defendam a escola.

O sucesso de iniciativas como a brinquedoteca, que integravam crianças, adolescentes, adultos e sociedade foi importante para outras iniciativas igualmente importantes.

Foi-se criando um projeto educacional para o acampamento, sem que se tivesse consciência disso, por faltar informação que só agora se possui, graças aos estudos na Universidade: o galpão comunitário foi utilizado para abrigar a

brinquedoteca, para desenvolver grupos de teatro de crianças e adultos e para abrigar a biblioteca.

A biblioteca recebeu inúmeros exemplares de livros infantis, livros didáticos para os adolescentes e adultos, literatura universal, revistas dos mais variados assuntos, criando assim um espaço comunitário de informação, lazer e entretenimento.

Com a criação da biblioteca ficou evidente a importância da alfabetização de crianças, jovens e adultos. Muitos acampados relatavam a vontade e a necessidade de aprender a ler e a escrever. Muitos reivindicavam o direito à educação e frequência à escola, ainda que o acampamento mudasse de “endereço” tantas vezes.

Outros, porém, não acreditavam que seria possível aprender ou aperfeiçoar a leitura e a escrita nas condições de vida de um acampado.

Várias atividades culturais foram desenvolvidas (e ainda são) no Acampamento Renascer. Todas chamavam a atenção da comunidade local, de outras comunidades vizinhas, garantindo a simpatia de chacareiros que levavam os filhos para participarem das atividades.

Uma das atividades mais apreciadas foi o Teatro de Fantoques, inspirados em fábulas, muitas com a autoria da Pastoral da Criança e da Faber Castel. A participação da comunidade na atividade era intensa e voluntária: todos queriam manipular os fantoches, participar cantando, dançando ou prestando muita atenção.

O teatro de transformação social, produzido pelos adultos e adolescentes, utilizavam também materiais recicláveis, demonstrando cuidado com o meio ambiente e amadurecimento dos conceitos políticos e pedagógicos gerando reflexão sobre os temas sociais que nos atingem no cotidiano.

A mística, adotada pelos movimentos sociais com o objetivo de reflexão, são apresentadas em datas comemorativas e contam com o apoio e participação de muitos.

Algumas festas fazem parte da tradição do Acampamento Renascer, traduzindo para a realidade atual, as antigas festas a que todos foram acostumados em seus lugares de origem.

Pode-se dizer que a comunidade aprecia muito as festas. Mas duas, em particular, são muito respeitadas: a festa das crianças, que ocorre durante o dia (12

de outubro) é concorrida pois a comunidade se esmera para oferecer os brinquedos que as crianças amam: pula-pula, palhaços, pintura de rosto, piscina de sabão e muita oferta de comida, coisas que as crianças adoram.

No mesmo dia ocorre, à noite, a festa da Nossa Senhora Aparecida com missa e muito forró.

No mês de março é comemorada a Festa da Pamonha, em comemoração à boa colheita do milho. Esta festa já se tornou tradicional, conhecida em todo o entorno do assentamento. É uma festa importante porque confraterniza a comunidade Renascer com as comunidades vizinhas e até mesmo as cidades de Sobradinho, Paranoá e Planaltina.

Os movimentos sociais necessitam ser admirados pela sociedade e festas como estas chamam a atenção para o problema da reforma agrária, demonstrando que ela é viável e que os assentados têm simpatia, competência e seus saberes do campo.

A festa “julina” é outra festa muito apreciada que apresenta as tradições rurais e religiosas como quadrilhas e bandas de forró da comunidade e vizinhança. A dança é um dos pontos fortes da festa, assim como as comidas tradicionais, muitas delas com ingredientes colhidos no acampamento.

Vários grupos de atividades teatrais apresentaram-se na localidade, com participação de palhaços, lembrando um espetáculo circense. Alguns desses grupos, inclusive, tiveram seus trabalhos premiados.

Outras atividades com fundo educativo tiveram participação animada de crianças e adultos. A exibição de desenhos animados recentemente apresentados no cinema eram um grande atrativo para a comunidade que se via socialmente incluída. Esta inclusão aumentava a autoestima das crianças, principalmente, pois assim elas poderiam interagir com os colegas da escola conversando a respeito dos filmes.

A Economia Solidária é uma das formas de inserção dos membros da comunidade à sociedade economicamente ativa. Através da cooperação solidária é possível o comércio justo, agrícolas ou artesanais sob conceitos antes desconhecidos, enquanto forma de produção e consumo centrado na valorização do ser humano em contraposição às formas capitalistas de produção e conscientização.



Ao longo dos doze (12) anos de luta pela educação foram promovidos diversos cursos que capacitaram multiplicadores que fazem um trabalho importante para a comunidade.

A ideia de autogestão, democracia, cooperação auxilia não só as formas de produção e comércio de bens e artesanatos, mas também auxiliam na formação integral de pessoas, em que tanto o produtor como o consumidor tem o propósito de ganhos financeiros segundo um critério de valorização do trabalho.

Propósito de formar uma nova consciência a Economia Solidária promoveu cursos de Soberania Alimentar em que a comunidade recebeu noções práticas sobre alimentação a partir da produção local, de modo a promover uma nova cultura alimentar que visa o combate às doenças crônicas. Outro propósito é tornar a comunidade crítica em relação à publicidade de produtos alimentícios supérfluos que induz às crianças e adultos alimentarem-se incorretamente.

A comunidade participou coletivamente da implantação de uma unidade da tecnologia social, denominada Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS) em 2012, com o objetivo de produzir alimentos saudáveis e preservar o meio ambiente, trazendo mais alimentos e renda ao campo. Esta tecnologia popularmente conhecida como “horta mandala”, foi ministrada durante o curso de capacitação, promovido pela Fundação Banco do Brasil e teve o mérito de proporcionar o debate e a participação democrática na definição das culturas a serem cultivadas na futura propriedade. Vale informar que o assentamento Renascer identificou-se com esse paradigma agroecológico.

A educação ambiental faz parte do dia a dia da comunidade, hoje preserva-se conservação das formas de vida vegetais e animais na região do assentamento e entorno.

A produção de mudas no viveiro é bastante concorrida, contando com a participação de todos. O viveiro produz cinco mil (5.000) mudas de espécies nativas do cerrado para o reflorestamento das nascentes de água e nas áreas degradadas da região. Contam com o apoio da FUNATURA, FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL, IFB, Rio São Bartolomeu Vivo e UnB.



## **Quarto Capítulo**

### **A escola que queremos; expectativas e sonhos dos acampados do Assentamento Renascer**

Pode-se observar pelas falas dos entrevistados que a realidade de todos converge para os problemas estruturais do Brasil: faltam escolas no campo, é baixa a escolaridade, em Brasília todos exercem atividades de subemprego.

Todos têm grandes expectativas com relação à vida futura no assentamento, objetivando melhores condições de vida, na esperança de serem beneficiários enquanto cidadãos assentados, das Políticas Públicas e financiamentos agrícolas voltadas para a agricultura familiar como: PRONAF, PAA, PNAE e PAPA-DF. Vêm aí a possibilidade de emprego e renda, situação sonhada desde quando foram pleitear a terra para reforma agrária.

Um olhar mais aprofundado sobre a análise de dados revela que não importa o fato de hoje residirem no DF, pois, como em qualquer lugar de origem os moradores do assentamento Renascer vivenciam os mesmos problemas. Percebe-se claramente as dificuldades da inexistência de escola no campo. A distância continua impedindo o acesso, os meios de transportes continuam precários, os filhos vivenciam a dificuldade de transferência para a cidade na expectativa de continuidade dos estudos, as estradas rurais continuam esburacadas.

São muitos os pontos em comum entre a situação atual relatada e os problemas vividos há décadas em seus estados de origem, o que deixa transparecer a absoluta falta de interesse por parte do poder público em garantir o direito constitucional à educação do povo do campo, o que, infelizmente, continuará deixando o triste legado para o futuro do país.

Repetimos a pergunta da inicial: Cadê as escolas do campo? Até quando o país vai viver essa situação? A análise de dados responde: Não é mais possível continuar como está.

Todos os entrevistados pretendem alcançar conhecimentos através da escola do campo implantada no Assentamento Renascer com objetivos de administrar a propriedade, participar ativamente do coletivo, garantir renda fixa através dos programas de desenvolvimento da agricultura familiar.

Os entrevistados, unanimemente, têm a preocupação da manutenção dos laços familiares e das raízes camponesas.

A distância entre a moradia e a escola, fato relatado pela quase totalidade dos entrevistados constitui um grande motivo de evasão escolar, de defasagem nas séries frequentadas, de precariedade na aprendizagem em relação aos demais alunos. A discriminação alegada por muitos que frequentaram ou frequentam escolas fora da faixa etária, o vernáculo próprio dos sujeitos do campo, as condições precárias da estrada que denunciam a condição de assentado, o sentimento de inadequação constituem fatores que determinam a evasão escolar.

Foram treze (13) entrevistados, significando aproximadamente dez por cento (10%) dos moradores do Assentamento Renascer. Desse total, apenas dois (2) entrevistados não declararam dificuldade de distância entre a moradia e a escola em seus lugares de origem. A maioria absoluta (11) pessoas declararam que a distância dificultava e impedia o acesso à escola. Alguns relatos apresentam situações precárias para o homem do campo: o assentado

Para o aluno do campo, a distância da escola tem o significado de inexistência de escola. Isto porque as dificuldades de acesso são enormes. No caso em estudo, apenas um entrevistado declarou a inexistência de escola em sua região de moradia. Este, porém, vivenciou todas as dificuldades de acesso que outros assentados apresentaram em razão da distância moradia/escola.

A falta de professores na escola rural é relatada por 11 dos 13 entrevistados. A distância da escola para os professores dificulta, segundo a vivência dos entrevistados, o acesso à escola e a assiduidade, o que muito desmotivava a ambos.

Os entrevistados, conforme análise de dados desejam, muito objetivamente, a implantação imediata de escolas, segundo os critérios característicos de escola do campo:

- Trazer a realidade para dentro da escola do campo: currículos voltados para o cotidiano do aluno do campo onde as técnicas agrícolas, pecuárias e agroecológicas possam fazer parte do processo educativo da comunidade e que a escola tenha uma gestão coletiva, democrática com a participação da comunidade.

- Ter o trabalho como princípio educativo, A experiência do aluno deve harmonizar-se com os princípios piagetianos: significar o trabalho de forma a que ele apresente benefícios para o próprio indivíduo, para a comunidade na qual está inserido e para a sociedade e não exclusivamente para servir ao capitalismo.

- Superar a fragmentação do conhecimento disciplinar. A interdisciplinaridade deve fazer parte dos objetivos educacionais de modo a promover a formação integral dos educandos.

- Valorizar os saberes do homem do campo. Os entrevistados desejam uma escola onde possam exercitar sua vivência campesina e a relação dialógica entre professor-aluno, seguindo a pedagogia de Paulo Freire, o educando quer aprender com o educador mas quer também ter a oportunidade de transmitir seus saberes.

- Promover espaços de gestão coletiva. A própria comunidade deve participar da gestão: a elaboração do PPP, deve gerir o espaço físico da escola para atividades de interesse da comunidade, ocupar espaços para finalidades culturais, esportivas, sociais, tornando a escola um espaço democrático.

- Garantir a presença da comunidade e dos movimentos sociais que geram processos que auxiliam a emancipação social. A escola deve também ser espaço que auxilie a sustentabilidade e garanta a alimentação saudável, e recursos fitoterápicos, em associação com a comunidade.

- Inclusão tecnológica em todos os aspectos: digital, inovação tecnológica agropecuária, recursos ambientais alternativos: água potável, energia solar, energia eólica, fossa séptica, técnicas de compostagem, saneamento básico, cuidados com os recursos hídricos.

A análise dos dados, quando feita especificamente sobre a escola a ser implantada pode, aparentemente, demonstrar uma pequena conexão com as teorias da escola do campo.

A concepção da escola do campo não pode ser imposta, ela parte do princípio que os camponeses devem conquistá-la. Para essa conquista é necessária a paixão, o desejo por algo ainda não experimentado, o amadurecimento político-social-pessoal, a participação coletiva na luta e na conquista.

A trajetória de luta por educação da comunidade Renascer apresenta estes elementos, às vezes difusos, outras vezes mais claramente. A escola bem que poderia, para alguns, ser apenas uma escola rural. Afinal, aprender a ler e a escrever “direito” como alguns dizem, ou seja, deixar a condição de analfabeto, ou analfabeto funcional para tornar-se letrado significaria avanços em face das atuais circunstâncias. Alguns entendem assim, expressando-se, principalmente, nas conversas informais.

Apesar disso, quando as respostas informais ou quando as respostas das entrevistas são analisadas mais profundamente, identificamos que, embora difusamente, todos desejam o programa educacional da escola do campo. Explicando melhor: a participação de todos da comunidade em todas as atividades sócio-políticas-culturais (relatadas no terceiro capítulo) indicam que a comunidade assimilou a postura sócio-política-cultural que caracterizam a escola do campo.

A vivência do Assentamento Renascer no cotidiano e nos eventos coletivos amadureceu o desejo pelo alimento intelectual, cultural, artístico, ambiental, social que a concepção de escola do campo introduz. O programa educacional da Escola do Campo ultrapassou as paredes físicas da escola e alcançou o cotidiano dos assentados.

Os avanços da conscientização e seu reflexo na vida do Assentamento Renascer são sentidos nos números de matriculados na LEdoC, sete (7) alunos; aproximadamente dez (10) assentados prestarão o próximo vestibular; três (3) assentados estão matriculados no IFB; dois(2) assentados estão formados em Técnico Agropecuário, também pelo IFB; um deles cursa o Tecnólogo de Agroecologia, também do IFB.

Vale acrescentar que, no início de 2014, quando o IFB buscou no Assentamento pessoas interessadas em matricular-se em seus cursos, sob a condição de estudarem no ensino médio, o interesse foi grande e a impossibilidade pelo fato de não estarem habilitados no ensino fundamental provocou tanta discussão que estimulou essa pesquisa.

O legado desses alunos, futuros alunos e profissionais para o futuro do Assentamento apresentará resultados significativos para toda a comunidade. O futuro colherá bons frutos plantados agora.

A escola que temos, não está funcionando: falta a renovação do contrato, o que atrasa a alfabetização e conclusão do 5º ano. Falta a implantação de políticas públicas para atendimento de questões básicas, como por exemplo, carteiras, quadro de giz, iluminação, espaço físico (dependências para a escola) e mobiliário.

## Considerações Finais

A Educação do campo é um movimento em que os trabalhadores do campo e suas organizações lutam por transformações sociais, particularmente a criação de escolas do/no campo, de qualidade, a partir de uma perspectiva ampla de reforma agrária.

A construção da educação do campo é resultado do amadurecimento dos movimentos sociais e das comunidades rurais em sua trajetória de luta pelo direito fundamental à universalização escolar para as populações camponesas, segundo orientação político-pedagógica adequada à realidade dos lutadores de acampamentos e assentamentos em luta pela reforma agrária e justiça social.

Alguns princípios caracterizam a luta pela escola do campo. Dentre eles podemos citar a criação da consciência do direito à educação de qualidade plantada na própria comunidade, o que provoca o enraizamento, a valorização da vida no campo, a promoção da autoestima e a transformação do ser alienado pela ideologia e desigualdade social e sujeito de sua própria história.

Outro princípio é a adequação de currículos à realidade camponesa de modo a que o processo ensino-aprendizagem favoreça o amadurecimento de talentos naturais, o surgimento de oportunidades a nível pessoal e social, contribuindo para a emancipação político-social do indivíduo com reflexos na sociedade.

A mudança de paradigmas e o envolvimento social provocam a formação integral dos sujeitos que lutam de forma coletiva e solidária pela terra. A escola do campo que surge dessa mudança é também transformadora, porque é fruto da luta consciente que gera a reflexão e o amadurecimento político, deixando um legado positivo de cidadãos orgulhosos de sua condição de lutador pela terra, de sua identidade, de sua cultura, de sua comunidade e coletividade.

A escola do campo propicia aos alunos a reflexão sobre o contexto social e a problemática da comunidade em que estão inseridos; o respeito à individualidade; a ampliação das potencialidades do aluno para organizar, elaborar e atuar coletivamente. Deixam o legado futuro de homens responsáveis, mentes independentes e atuantes que poderão prestar serviços significativos à sociedade.



A comunidade assentada de o Assentamento Renascer pela Reforma Agrária, em Sobradinho, DF, foi convidada a opinar sobre a escola que deseja, a partir da conquista da terra.

O modelo proposto a partir de seu posicionamento possibilita a conclusão de que a escola do campo plantada na comunidade é preferível ao modelo adotado atualmente de inserção dos alunos da comunidade às escolas urbanas conter recursos materiais e humanos que propiciem bons resultados pedagógicos; deve servir para fixar o trabalhador ao campo; deve cumprir com o propósito constitucional de universalização do ensino para todas as faixas etárias; deve estar identificada com os sonhos de prosperidade material e realização pessoal dos assentados.

## Referências Bibliográficas

CANUTO, Antônio, In: **Comissão Pastoral da Terra DICIONÁRIO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO**, 2012, pag. 131).

CLAUDIA MORAES DE SOUZA em seu artigo '**Discursos intolerantes: O lugar da política na educação rural e a representação do camponês analfabeto** (DIVERSITAS. FFLCH. USP.BR) acesso em 03-08-2014:

EDUCAÇÃO DO CAMPO – **Marcos Normativos**, Brasília, 2012, MEC.

FERRARO, Alceu Ravello, em seu artigo **Alfabetização rural no Brasil na perspectiva das relações campo-cidade e de gênero** (Educ. Real, – [WWW.SCIELO.BR/PDF/EDREAL/V37N3/.PDF](http://WWW.SCIELO.BR/PDF/EDREAL/V37N3/.PDF) acesso 03-10-2014

FERREIRA (2011\_ “**Um olhar histórico, uma realidade concreta**” ([WWW.UNIFIL.BR](http://WWW.UNIFIL.BR)):acesso 20-10-2014

FERRARI, Marco, “**Anísio Teixeira, o inventor da escola pública no Brasil**”, Revista Nova Escola, Fundação Victor Civita, Revistaescola.abril.com.br acesso em 14.09.2014.

FERREIRA, Fabiano de Jesus; BRANDÃO, Elias Canuto – Revista Eletrônica de Educação, Ano V. N. 09, jul./dez. 2011.,p.3 “**Educação do campo: um olhar histórico, uma realidade concreta**” ([WWW.UNIFIL.BR](http://WWW.UNIFIL.BR) acesso em 08 de agosto de 2014)

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira e Pinto, Regina Pahim, **EDUCAÇÃO, SÉRIE JUSTIÇA E DESENVOLVIMENTO** IFP-FCC FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, 2007, SÃO PAULO (pag.206)

KOLLING, Edgar Jorge; Vargas; Caldart, **MST e Educação** in DICIONÁRIO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO, Brasília: Expressão Popular 2012, (pag 5020

MOLINA, Mônica, SÁ, Laís Mourão, **Escola do Campo** in DICIONARIO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO, Brasília: Expressão Popular, 2012, pg. (329)

OLIVEIRA, Maria Rita Duarte. em sua dissertação “**Dos programas oficiais para a educação rural aos projetos de educação do campo dos movimentos sociais**” [WWW.revistalabor.ufc.br/artigo/volume1/maria-rita.pdf](http://WWW.revistalabor.ufc.br/artigo/volume1/maria-rita.pdf) acesso em 08-09-2014

OLIVEIRA, Maria Rita Duarte, **PEDAGOGIA EM MARCHA** Apud ARROYO, São Paulo,1995(, pg. 162)

OLIVEIRA, Maria Rita Duarte, Revistalabor. ufc.br.acesso em 19-10-2014  
\_\_\_\_\_, citando CALAZ Maria Rita Duarte Oliveira

SANTOS, Clarice Aparecida, **PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA** in DICIONARIO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO Brasília,2012,(pg.630).

\_\_\_\_\_, Clarice Aparecida, **PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA** BRASÍLIA 2012, pg 631 in DICIONÁRIO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO.

SANTOS Claudio Felix Dos. **“O aprender a aprender na formação de professores do campo”**. Campinas: 2013, Editora Autores Associados ).

SOUZA, Maria Antônia. **Movimentos Sociais no Brasil Contemporâneo: participação e possibilidades no contexto das práticas democráticas** – ([www.ces.uc.pt/lab2004/pdf/MariaAntonia\\_Souza.pdf](http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdf/MariaAntonia_Souza.pdf).aceso em 24-07-2014

## Apêndices

### 1. Roteiro das Entrevistas:

#### a) Dados dos entrevistados:

Qual o seu nome?	
Masculino (   )	Feminino (   )
Quantos anos você têm?	
A quanto tempo mora no assentamento?	
Onde você morou antes de morar no assentamento?	
Quantos anos você tinha quando foi a escola pela primeira vez?	
Estou até qual série/ano?	
Quantos anos você tinha quando parou de estudar?	
Qual motivo motivou você a parar de estudar?	
Se tiver escola no assentamento você voltará a estudar? Porque?	

#### B) Outras informações dados pelos entrevistados/as: (GRAVAR)

- Em qual escola você estudou no acampamento ou em outro lugar? Qual?
- Como era a escola que estudou? Quais as coisas boas e coisas ruins que tinha nesta escola?
- Conte como é/foi a educação do assentamento, o que já existiu de escola, como funcionou e quais eram as boas e as coisas ruins desta escola?
- Já participou de alguma ação de mobilização para ter escola no assentamento? Se sim, explique para que e como foi essa mobilização?
- Na sua opinião no assentamento deve ter escola? Por quê?
- Como deverá ser a escola da comunidade/assentamento? Como é a escola que queremos ter?

## **b) Entrevistas semi-estruturadas**

### **Entrevistado 01:**

Moro no assentamento Renascer há 11 anos. Nasci Carnaúba no Rio Grande do Norte, fui criado na roça e desde pequeno trabalhava na lavoura para ajudar meu pai. Fui para escola com 9 anos de idade, estudei até a 5ª série, parei de estudar com 17 anos, não continuei os estudos porque era muito longe de onde eu morava, que era na cidade mais próxima, eu tinha que andar a pé 8 km, ficava muito cansado. Casei e vim morar em Brasília para trabalhar em uma chácara como caseiro. Morava na chácara Buritis em sobradinho- Df, também não dei para continuar os estudos porque ficava longe e tinha que ser a noite e não tinha como ir. Se vier uma escola pra cá eu ainda vou estudar para ter mais conhecimento para plantar minha roça, ir no banco pra ver se assino um empréstimo para melhorar minha produção e saber fazer conta pra administrar minha parcela de terra.

Qual o seu nome?	
Masculino ( X )	Feminino ( )
Quantos anos você têm?	57 anos
A quanto tempo mora no assentamento?	11 anos
Onde você morou antes de morar no assentamento?	Carnaúba – RN Chácara Buritis nº 10 Sobradinho DF
Quantos anos você tinha quando foi a escola pela primeira vez?	8 anos
Estou até qual série/ano?	5ª série
Quantos anos você tinha quando parou de estudar?	24 anos
Qual motivo motivou você a parar de estudar?	Trabalhar para sustento da família, a distância entre a casa e a escola.
Se tiver escola no assentamento você voltará a estudar? Porque?	Sim. “Se tivesse escola do ensino fundamental voltaria a estudar para ter mais conhecimento para plantar minha roça,

	saber pesar, saber contar, vendê os produto e comê.
--	---

### **Entrevistado 02:**

Moro no assentamento renascer há 7 anos ,tenho 38 vim do interior do Ceará. Entrei na escola com 7 anos de idade, estudei só a 5º série incompleta, não continuei a estudar porque não tinha escola a onde eu morava que era na roça e eu tinha que ficar na casa dozotro (SIC) na cidade e eu não gostava disso não, ai parei com 16 anos de idade. .Mudamo (SIC) pra Brasília pra uma chácara perto de Santa Maria-DF e não dei pra estudar porque casei e tinha que trabalhar muito para susrentar a família .A gora moro no assentamento Renascer e sei que um dia vai ter uma escola aqui e eu vou voltar a estudar, porque meu sonho é ser veterinário e vou der se deus quiser.

### **Entrevistado 03:**

Tenho 58 anos, moro no assentamento Renascer há 6 anos, vim de Ceres-GO, comecei a estudar quando eu tinha 10 ano de idade, estudei até a 4ª seria primária (SIC), parei de estudar quando tinha 16 anos porque, eu morava na roça e escola até que não ficava muito longe não, era só 2 km, dava pra ir a pé, a professora é que faltava muito e a . gente não tinha como saber se ela tava ou não.Aí quando eu tinha 18 anos casei e vim morar em Brasília e arranjei(SIC) emprego de caseira em uma chácara aí não pra estudar a noite porque era muito longe pra lá, então eu não pensei mais nessas coisas. Quando tiver escola no assentamento quero estudar quiê pra mim (SIC) fazer curso de técnico agrícola”

### **Entrevistado 04:**

Tenho 24 anos, moro no assentamento Renascer tem 6 ano, vim da Bahia , morava no Condomínio RK, entrei na escola com 7 anos de idade e estudei só até a 6ª série, parei com 18 anos de idade

Porque mudei pra cá pro assentamento (SIC) e não tem escola e não tem como ir pra Sobradinho a noite porque é muito longe tem que andar 5 km, é pirigogo (SIC) tem muita gente mal por aí, tem até estrupador, não posso me arriscar.

“Se tivesse escola aqui eu ia terminar meus estudos, podia ser no galpão mesmo, pra mim tava bom, mas, para os meus filhos eu queria uma escola boa com internet e tudo. Eu não gosto que meus filhos estuda(SIC) na cidade, só aceito porque é o jeito, gente de assentamento é muito zombado (SIC) porque as vezes chega suja na escola e os outros acha que eles são porcos, que toma banho”

### **Entrevistado 05:**

Tenho 21 anos de idade, moro no Renascer há três anos, vim de são Gabriel-GO, comecei a estudar aos 7 anos, parei com 18 anos porque minha mãe mudou pro(SIC) mãe mudou pro (SIC) assentamento há 6 anos e eu não aguento morar longe dela. Quando cheguei aqui não teve como continuar os estudos porque trabalho durante o dia como manicure em Sobradinho e o último ônibus que passa perto do assentamento é as 5 horas da tarde, então não dá para estudar a noite.

Sim, porque quero fazer um curso de cabelereiro, quando tiver água e luz aqui eu quero montar um salão de beleza e para ser uma empresária precisa ter estudos pra administrar o negócio.

#### **Entrevistado 06:**

44 anos  
6 anos  
Formosa-GO  
8 anos  
5ª série  
24 anos

Porque a escola mais perto(SIC) era 10km de distância e eu trabalhava na roça e ficava muito cansado, aí parei, não deu mais.

Sim, quando tiver escola aqui eu vou voltar a estudar. Eu tinha um sonho de ser agrônomo, mas esse sonho é impuissive(SIC) então queria concluir o ensino fundamental para fazer um curso de técnico agrícola no IFB, mas também é longe, se tivesse como estudar aqui no assentamento eu ia(SIC) ficar muito feliz.

#### **Entrevistado 07:**

57 anos  
6 anos  
Parnaíba-PI- Santa Maria- DF  
7 anos  
4ª série  
21 anos

Parei porque era muito difícil ir para escola que ficava muito longe, eu tinha que sair de casa as 4hs da madrugada para chegar na escola as 7:30, ia montado num cavalo e muitas vezes não tinha professora pra dar aula. Parei porque não aguntei o rojão, tinha que minha mãe na lida a tarde e eu ficava muito cansado. Vim pra

Brasília e casei, fui trabalhar de chacareiro numa chácara que também era longe de escola, depois vim morar aqui no assentamento que não tem escola.

Se tivesse escola aqui eu ia voltar estudar só pra aprender a cuidar melhor (SIC) da terra e dos meus bichos, e que fosse como uma escola agrícola.

**Entrevistado 08:**

Tenho 29 anos, moro no assentamento Renascer há 2 anos, sou educadora do Pronera há 1 ano e 2 meses. O Pronera é como um antidepressivo na vida de muita gente, o Pronera melhorou a minha vida e a vida dos meus alunos, o desejo de todos é que o Pronera continue crescendo em direção de uma educação continuada, levando também o ensino fundamental para os acampamentos e assentamentos da Reforma Agrária.

-50-

**Anexos**





Acampamento à beira da estrada – 2004



Construção da Sede do Movimento na atual área.



Reunião semanal



Teatro de fantoches – brinquedoteca





Ação da Pastoral da Criança na brinquedoteca



Oficina de brinquedos recicláveis



Brinquedo confeccionado com materiais recicláveis na Brinquedoteca













Apresentação teatral





Capacitação em Economia Solidária



Formação de multiplicadores da Economia Solidária



Capacitação de Educadores Ambientais



Luta pela Reforma Agrária e Soberania Alimentar